

Raízes do colonialismo na África: o caso da Guiné-Bissau

Pascoal Jorge Sampa*

ORCID iD [0000-0002-6741-7754](https://orcid.org/0000-0002-6741-7754)

Resumo: O presente trabalho surge através das observações dos países africanos em vários domínios, tanto no tocante do crescimento econômico como nos avanços políticos, governamentais e na resolução dos conflitos. A pesquisa procura analisar e entender as novas formas de colonização que estão sendo usadas por países imperialistas, de modo a continuar o processo de colonização na África. Verificar os elementos presentes nos países africanos atualmente, construídos a partir das inovações e contato dos europeus com estes países, uma vez que as “ex-colônias” continuam tendo enormes dificuldades de se “caminharem” e com presença de muitos organismos internacionais, com as suas “boas políticas” e “boa governação”. Isto posto, o trabalho será orientado por uma pesquisa bibliográfica através dos apanhados históricos e documentais dos textos acadêmicos e, por uma abordagem quanti-qualitativa. Entender como o processo da colonização ainda é marcante nestes países, deixando muitos aspectos, especialmente na economia, cultura, formas de governação e na língua, como forma de exercer algum tipo de domínio sobre esses povos. É possível aferir que, em grande parte, a África é um continente com grandes problemas nas áreas essenciais, como na saúde e educação e, de forma particular com muitos países, ou seja, a grande parte sem uma política do Estado e muito menos um projeto da nação. Capaz de fortalecer as suas potencialidades, nomeadamente os recursos naturais a fim de sair nas condições de subsistência e de dependência que estão sobre os ex-colonizadores. Essas fragilidades internas são munições que deixam os *amigos-clientes* mais mordaz para implementar as suas ações em forma de ajuda, ou melhor, de cooperação solidária. Dividindo territórios por meio da balcanização, subalternizando as culturas e formas de ver e viver o mundo dos povos. Situação essa que precisa ser travada com a união e participação de todos os países que estão nessas condições.

Palavras-chave: Colonização; Independência; Apropriação; Balcanização.

Roots of colonialism in Africa: the case of Guinea-Bissau

Abstract: The presente study arises from the observations of African countries in various fields, both as regards of economic growth and in political, governmental advances and in the resolution of conflicts. The research will find hows to analyze and understand the new forms of colonization that are being used by imperialist countries, in order to continue the colonization process in Africa. Check the elements present in African countries today, built from the innovations and contact of Europeans with these countries. Since there the “ex-colonies” keep to have enormous difficulties in “walking” and with the presence of many international organizations, with their “good policies” and “good governance”. That said, the study will be guided by a bibliographic search through the historical and documentary findings of academic texts and, by a quantitative and qualitative approach. Understanding how the colonization process is still striking in these countries, leaving many aspects, especially in the economy, culture, forms of governance and language, as a way of exercising some kind of dominance over these peoples. One can see that, to a large extent, Africa is a continent with major problems in the key areas, such as health and education, and in particular with many countries, that is, the great part without a State policy and much less one. nation's Project able to strengthen its potential, namely natural resources, in order to get out of the

* Graduado em Bacharelado em Humanidades e licenciado em Sociologia pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB. Redenção – CE, Brasil. E-mail: pascoalsampa@hotmail.com.

conditions of subsistence and dependence that are on the former colonizers. These internal weaknesses are ammunition that make friends-customers more biting to implement their actions in the form of help, or rather, solidarity cooperation. Dividing territories through balkanization, subordinating cultures and ways of seeing and living the peoples' world. This situation needs to be fought with the union and participation of all countries that are in these conditions.

Keywords: Colonization. Independence. Appropriation. Balkanization.

Raiz di colonizaçon na África: na cazu di Guiné-Bissau

Rezumu: És tarbadju bim através di observaçons ku facidu na países africanos na manga di domínios, na kil ku ta fala di crescimento económico suma tam na avanços políticos, governamentais cu cumpu combersa. Pesquisa purcura djubi cu n'tindi nobus manera di colonizaçon cu sta na uzadu pa países imperialistas, pa ê pudi continua na coloniza África. I pa djubi tam kussas ku sta inda na países africanos na ê momentu, kussas ku facidu apartir di nobu manera cu contactu tam di europeus ku és países di África. Um bias ku antigu colônias continua na tenê manga di dificultadi di ianda ku si pé ku presença tam di manga di organismos internacional, ku sê "bom política" ku sê "bom manera di governa". Di ê manera, ê tarbadju na facidu bas di um piskiza bibliográfica di kussas ku bim di história ku ducumentus di textus acadêmicus, ku facidu pa manga di abordagens tam ku manga di qualidadi. Pa n'tindi kuma colonizaçon dixa marcas inda na ê países, manga di sinal ki dixa, principalmenti na economia, cultura, manera di governa, ku língua tam, suma tam nobu manera ku ê kiria pa continua domina ê povus. I bom tam lembra kuma, África i um continenti ku tenê manga di purblema na kussas importanti, suma na saúde ku scola, n'dê ku manga di ladus propi stadu kata preocupa del i nim i kata pensa na mindjoria kussas. I nim stadu ka kiria condiçon pa tira populaçon na dificultadi pa i pudi pára dipindi di "antigu colonizador". Ê falta di capacidadi di stadu ku ta leba si parceirus internacional na pirbita situaçon pa pa entra ku sê apoios, mah ku utru intençon bas. N'dê kê ta pirbita pa leba sê manera di sta i ê ta kaba pa pui tudu djintis pa sigui sê tradiçon. Kussas ku n'tindidu di kuma i tem di kabadu kuel através di union ku participaçon di tudu país ku sta na situaçon.

Palavras-chave: Colonizaçon. Indipendência. Apropriaçon. Balcanizaçon.

Considerações iniciais

O ato de escrever sobre a nossa realidade é complexo e além do mais é de grande responsabilidade nas escolhas e análises dos fatos. Pois, ela antes de mais nada se refere a nós mesmo e pode envolver sentimentos e uma certa parcialidade, assim, aqui procurarei ser mais imparcial possível e muito menos ignorar as possíveis decisões/erros cometidos por esta e aquela. O trabalho procura abordar não só as políticas africanas, no caso específico da Guiné-Bissau, como também as inúmeras que são "oferecidas" e aplicadas por organismos internacionais e países ditos parceiros à procura do crescimento econômico, educacional, na saúde e por aí fora. A pesquisa procura analisar e entender as novas formas de colonização que estão sendo usadas por esses países imperialistas de modo a continuar o processo de colonização na África. Verificar os elementos presentes nestes países africanos atualmente, construídos a partir das invasões e contato dos europeus com as sociedades africanas.

Uma vez que as “ex-colônias” continuam tendo enormes dificuldades de se “caminharem” e com presença de muitas organizações internacionais que atuam nesses países, com as suas “boas políticas” e “boa governação”. Isto posto, o trabalho será orientado por uma pesquisa bibliográfica através dos apanhados históricos e documentais dos textos acadêmicos e, por uma abordagem quanti-qualitativa. Entender como o processo da colonização ainda é marcante nestes países invadidos¹, deixando muitos aspectos, especialmente na economia, cultura, formas de governação e linguísticos, como forma de exercer algum tipo de domínio sobre esses povos. O trabalho está dividido em três subcapítulos, onde cada um procura analisar esse fenômeno de forma diversificada. Metodologicamente, o trabalho será orientado por uma pesquisa bibliográfica por intermédio dos apanhados históricos e documentais dos textos acadêmicos que discutem sobre esse tema e, por uma abordagem quanti-qualitativa². Esta metodologia foi adotada porque segundo os objetivos traçados, ela dá mais condições para a produção dos dados para a fundamentação teórica do trabalho.

Visto que, falar da África é antes de mais nada trazer em debate a história de um continente, é deixar de lado as narrativas e histórias que foram contadas nos livros ocidentais e que muitos anos serviram de materiais didáticos no próprio continente. Portanto, falar da África é debruçar dele com base na sua realidade, construções e, sobretudo, falar a valiosa contribuição do continente para a humanidade. Estamos a referir um continente com 54 países, sendo o terceiro continente mais extenso e o segundo mais populoso, com grande pluralidade étnico, linguístico e cultural. Continente que no início dos anos 60 conseguiu expulsar os invasores que ali estavam desde o início do século XIV.

Destes países que compõem o continente africano está a Guiné-Bissau, um país com território de 36.125 km², situado na costa ocidental do continente. Faz fronteiras com Senegal no norte, República de Guiné ao leste e sul, e banhado a oeste pelo oceano atlântico, onde encontra uma das regiões que constitui a zona insular do país, composto por mais de 80 ilhas e ilhéus. Proclamou a sua independência unilateralmente em 24 de

¹ Este é um termo que estou cunhando para referir-se aos países chamados de colonizados. Doravante passarei a chamar esses países de países invadidos.

² Os autores afirmam que a pesquisa qualitativa e quantitativa se complementam, pois, uma precisa da outra para as suas conclusões. Para eles, não há qualificação sem quantificação e nem há uma análise estatística sem interpretação. (BAUER, et al. 2015. p. 24).

setembro de 1973, feito que custou muitos mortos durante 11 anos de luta armada, que iniciou em 23 de janeiro de 1963 liderado por Amílcar Cabral e camaradas do PAIGC³, em consequência de vários acontecimentos e atos de opressão e barbárie que o regime colonial desencadeava na época, o episódio mais marcante é o massacre de pindjiguiti, de 3 de agosto de 1959, onde foram assassinado cerca de 50 estivadores que estavam em greve no porto de Bissau. A Guiné-Bissau foi o primeiro dos cinco países invadidos pelo regime colonial português a ser livre do jugo colonial. O país tem mais de 20 grupos étnicos, onde cada um desses grupos tem a sua própria língua diferente dos outros grupos.

Entre 1998 a 1999, o país teve uma guerra-civil que deixou o país em escombros. De um lado o então presidente João Bernardo Vieira (Nino) e do outro lado a Junta Militar, composto por muitos antigos combatentes inconformados com a situação do país na altura e sobretudo da classe castrense. Liderado pelo então Chefe de Estado Maior General da Forças Armadas, o Brigadeiro Ansumane Mané (Brik Brak).

1 As viagens clandestinas a busca de melhores condições

A discussão sobre o processo de colonização remete a várias questões e ela está fortemente enraizado que, em alguns momentos passa despercebido no nosso dia a dia, devemos ter cuidado e, considerar outros aspectos e o contexto (como se deu, condições que possibilitaram esse fenômeno, mecanismos usados, etc.) quando analisamos esse assunto. Sendo um acontecimento que tem o seu marco espacial e temporal, ou seja, correu em determinados continentes e uma época, mas ele continua a ter grandes efeitos e de suma importância na avaliação do espaço do outro (estigmas que o colonizador coloca o colonizado), os elementos que muitas vezes são imputados ao colonizado, em grande parte, de forma pejorativa, isso afeta a própria autoestima dos indivíduos que passaram por esse processo ou pertencem esses lugares. Porque, aqui não podemos ser tão “hipócritas”, ao ponto de pensar que o processo de colonização foi uma “harmonia total”, como alguns teóricos pensam, pois, isso não aconteceu. Conforme Césaire (1977), a colonização não pode ser e nem foi uma mera conquista dos territórios e os povos que lá vivem, ela é um genocídio cultural e de todas as formas de nulificar os saberes existentes nesses espaços ocupados. No entender dele, é impossível colonizar sem que

³ Partido Africano de Independência da Guiné e Cabo-Verde. Fundado em 1956.

haja a liquidação sistemática dos traços culturais, linguísticos e religiosos que o colonizador exerce sobre o colonizado.

Aliás, esses dois termos não passam também de uma criação para suavizar esses atos, pois os termos a rigor significam o opressor e o oprimido ou simplesmente o invasor e invadido. O primeiro é tido como aquilo que detém a ciência, a cultura e civilizado, quanto o último considerado como o que não tem nenhum destes conceitos, não tem religião e ainda não tem consciência e domínio das coisas, portanto, deve ser ensinado e orientado para o seu despertar. Desta maneira, o invasor inculcou estes sentimentos no invadido até que virou uma realidade aceita, sentimento este que o Fanon, 2008, chama de complexo de inferioridade. Termo muito presente nas ideias do autor, que significa aceitação da condição de inferioridade. Incorporar na mente que é inferior ao outro e só assim esse outro é capaz de exercer os seus domínios.

A força do colonizador “assentava na nossa fraqueza, e que o sucesso por eles alcançado dependia do trabalho do africano” (MONDLANE, 2011, p. 337). Para o autor, esta fraqueza se explica precipuamente a partir das artimanhas que foram implementadas para justificar as invasões, estratégias que mudam conforme o tempo. O que se passa hoje na África, como os nossos problemas são resolvidos, que tipo de políticas são adotadas?

A experiência do domínio colonial demonstra que, na tentativa de perpetuar a exploração, o colonizador não só cria um perfeito sistema de repressão da vida cultural do povo colonizado, como ainda provoca e desenvolve a alienação cultural de parte da população, quer por meio da pretensa assimilação dos indígenas, quer pela criação de um abismo social entre as elites autóctones e as massas populares (CABRAL, 2011, p. 363).

Os discursos imperialistas nos primeiros momentos da colonização eram os seguintes: o ocidente devia propagar a religião cristã romana e evangelizar outros continentes, ajudar esses povos com os seus conhecimentos e meios de forma a atingir avanços em diferentes áreas (desenvolvimento), Césaire (1977) afirma que, o processo de colonização não passava de uma mera aventura de piratas, comerciantes e outros, com os objetivos mais econômicos de que solidários.

Mudimbe (2013) faz a diferenciação de dois termos que fazem parte desse processo. Para ele, o **colonialismo** e a **colonização** são duas palavras que traduzem a ideia da organização e arranjo, elas derivam do latim, **colere**, na qual significa cultivar ou

conceber. Mas, não pode ser entendido como o mesmo fenômeno que ocorreu nesses continentes, através dos imperialistas europeus. “No entanto, a experiência colonial histórica não reflecte, nem pode obviamente reflectir, as conotações pacíficas que estas palavras encerram” (MUDIMBE, 2013, p. 15).

Como é possível ajudar, será que o ocidente é capaz de promover essas questões num continente (africano) tão diversificado e rico na sua cultura e com múltiplas formas de organização sociais, econômicas, políticas e outros existentes nessas sociedades, a África precisava de fato de uma intervenção externa para resolver os seus problemas. Essas intervenções são unicamente para ajudar nas resoluções dos conflitos?

Césaire (1977) responde às indagações supracitadas, conforme ele, uma civilização (europeia) incapaz de resolver os seus próprios problemas, de colocar a sua sociedade e as suas instituições em funcionamento básico, que ignora os problemas mais cruciais e não consegue resolver os seus dois principais problemas (proletariado e problema colonial) que lhe assolava na época dessas ocupações é uma civilização decadente, enferma e moribunda. Ela jamais conseguiria resolver os problemas mais complexos e que envolvem as múltiplas formas de organização.

A verdade é que a civilização dita **européia**, a civilização **ocidental**, tal como a modelaram dois séculos de regime burguês, é incapaz de resolver os seus dois problemas maiores a que a sua existência deu origem: o problema do proletariado e o problema colonial; que, essa Europa acusada no tribunal da **razão** como no tribunal da **consciência**, se vê impotente para se justificar; e se refugia, cada vez mais, numa hipocrisia tanto mais odiosa quanto menos susceptível de ludibriar (CÉSAIRE, 1977, p. 13, grifos do autor).

A associação desses fatos mostra a incapacidade do ocidente para resolver os problemas externos e principalmente nas realidades onde as formas de organizações são em grande parte diferentes da sua realidade. Aqui não vem o caso se essas formas de organização são certas ou erradas e muito menos se são melhores, ou piores, são apenas diferentes, são outras formas de organização política, social, cultural, econômico, etc. diferentes das europeias. Uma vez que nem os seus problemas têm a capacidade de resolver. Nesse contexto o ocidente não conseguiu fazer nem tinha condições para entender os problemas africanos, por falta das suas estruturas, incapazes de resolver os problemas e das limitações, tendo em conta o desconhecimento da realidade desse continente (africana).

Portanto, não têm mínimas condições de resolver os problemas mais complexos que existem no continente africano, devido a sua diversidade. Em contramão ele conseguiu influenciar ao mais alto nível os países colonizados, onde este último contribuiu também para tal, tanto o colono como os colonizadores trabalharam no sentido de transformar e explorar os territórios e zonas não europeus em construções fundamentalmente europeias. (MUDIMBE, 2013). Assim, o sistema imperialista conseguiu influenciar,

a nível cultural e religioso, através das escolas, igrejas, imprensa e meios audiovisuais, o projecto colonizador difundiu novas atitudes que eram modelos contraditórios e profundamente complexos em termos de cultura, valores espirituais e no que respeita a sua transmissão, também fragmentou o esquema culturalmente unificado e religiosamente integrado de grande parte das tradições africanas [...]. A partir desse momento as formas e formulações da cultura colonial e dos seus objetivos serviriam de alguma forma de meio de banalização de todo o modo de vida tradicional e da sua estrutura espiritual (MUDIMBE, 2013, p. 19).

Aqui, podemos entender que a colonização não foi instalada ou se instalou nesses países, tão somente de fora para dentro, ou seja, só pela força europeia, foi um processo que contou de certa maneira, com a colaboração de alguns líderes africanos e americanos. Isto também, não pode ser usado como pretexto para minimizar as barbaridades feitas pelos europeus nesses continentes e atribuir as responsabilidades desse processo ter sido vingado a esses colaboradores (dirigentes nativos). Colonização, não se trata única e exclusivamente de subordinações materiais como muitos acreditam, para conseguir esse apoio e chegar ao ponto da exploração, ele por si só “oferece os meios pelos quais as pessoas são capazes de se expressarem e se entenderem. [...] e até nos métodos pelos quais as ciências são construídas. Trata-se do colonialismo epistemológico” (FANON, 2008, p. 15).

Dessa forma, Fanon propõe transformar o negro em um ser de ação e não um sujeito pacífico. Porque o europeu não quer e nem vai deixar enquanto tem condição para tal, que um negro progride, o que não deve ser também justificativa para o insucesso das ex-colônias que estão nessas condições até hoje e que foram “livres do jugo colonial” há quase 50 anos, pelo menos, através da ocupação dos territórios, porque sabemos que esse processo transmuta. Pode ter muitas formas, o exemplo claro que temos hoje é a balcanização, o sistema capitalista que não deixa de ser uma forma de neocolonialismo nesses continentes, principalmente na África.

Um sistema menos “agressivo” e mais sofisticado, por não envolver muito a violência física e outras formas “desumanas”. Nada obstante, em grande medida continuaram esses processos através das múltiplas formas de exploração. Segundo Nkruhmah (2011) a única diferença é que agora essa relação está encoberta por uma aparência de ajuda e solicitude, uma das formas mais subtis do neocolonialismo com criação de organismos financeiros e outros nos países colonizados. Fanon (2008) usa a expressão “*petit nègre*”, que era usado para os negros das colônias francesas e exprime a seguinte ideia. “Você aí, fique no seu lugar!” (FANON, 2008, p. 46). Isto é, continuação do papel subalterno desses países e dos seus povos, ocasionando assim, crescentes conflitos devido a condução das políticas externas e baixíssimo nível de responsabilidade dos governantes africanos, a soma destes fatores significa o maior grau de dependência destes países.

Realidade esta que os próprios africanos deveriam trabalhar para mudar, nomeadamente os representantes do povo, pois, uma vez que não faltam tem potencialidades para tal e até servir de exemplo para outros continentes. Ainda de acordo com o autor, “o problema da colonização comporta assim não apenas a intersecção de condições objetivas e históricas, mas também a atitude do homem diante dessas condições” (FANON, 2008, p. 84). Dado que, só com atitudes de mudanças e não de dependências que podemos mudar e eliminar o complexo de inferioridade que temos, conforme o ele, é uma condição pré-existente e fundamental à colonização.

2 A mão oculta do ocidente na África

A grande parte dos países africanos conquistou as suas independências na metade dos anos 1950 aos finais dos anos 1970, por parte dos imperialistas europeus. Os que conquistaram as suas independências por via pacífica foram os primeiros. Todos esses países ficaram livres e independentes do jugo colonial que se instalava nesses países. Posto isto, leva-nos a pensar que todos os países começaram a governar e projetar os seus avanços, aquilo que Amílcar Cabral dizia.

O que quer o Homem africano é ter, a sua própria expressão política e social [...] independência, quer dizer, a soberania total do nosso povo, no plano nacional e internacional, para construir ele mesmo na paz e na dignidade, a custo dos seus esforços e sacrifícios. Marchando com os seus próprios pés e guiado pela a sua própria cabeça, o progresso que tem o

direito como todos os povos do mundo (CABRAL, discurso no dia 01/01/1973).

Isto deve ser o nosso objetivo, procurar trabalhar com os recursos disponíveis, mas não abrir mão do nosso bem maior (independência), não perder a nossa autonomia, ao ponto de submeter aos outros países, através das relações “cobertas de ajuda”, aquilo que o Chang (2004) faz críticas aos Organismos Internacionais e os países ditos desenvolvidos, com as suas “políticas” que são fortemente difundidas nesses países, com o discurso de “boas políticas” e “boas instituições” ou “boa governança”.

Devemos questionar essas “políticas” e outras formas de balizar as nossas economias, modelo de governação e o processo de crescimento. Vejamos o seguinte: No continente africano muitos negócios são “informais”, ou seja, não são registradas e com um público específico, aí eu me pergunto, quem disse que esses negócios são informais? Quem deve definir o que é informal e aquilo que é formal, baseado em que conceito? O que é democracia, onde se aplica, na Líbia com Muammar Kadafi no poder não era e na Rússia atualmente com Vladimir Putin? Acredito que isso cabe a nós mesmos, definir estas questões e não os outros. Se são informais ou não, de acordo com as nossas particularidades.

Porquanto, esses negócios são fontes de rendas de muitas famílias, ali grande parte da população consegue manter as suas necessidades básicas e até supérfluos, portanto, essas são as “boas políticas” para a nossa realidade e não as que são (im) postas pelos organismos internacionais.

Chang (2004) mostra no seu livro que esses países ditos desenvolvidos não alcançariam essas posições (estágios) que se encontram hoje, caso seguissem a rigor as práticas que estão a recomendar para os países em desenvolvimento, principalmente os países do continente africanos e da América Latina, porque segundo ele, essas políticas propõem a não concorrência no mercado e não vão de acordo com as realidades de cada país, ou seja, as suas especificidades. Desta forma, ele mostra claramente os chutes que os países ditos desenvolvidos estão a dar nas escadas de qualquer um que tente alcançar um nível de desenvolvimento alto. De acordo com Chang (2004, p. 14).

As nações desenvolvidas não estarão se valendo do pretexto de recomendar políticas e instituições “boas” unicamente para dificultar o acesso dos países em desenvolvimento às políticas e instituições que elas

implementaram no passado a fim de alcançar o desenvolvimento econômico?

Como podemos saber o comprometimento dessas políticas que são elaboradas por organismos internacionais e outras instituições, saber se eles realmente têm o propósito de colaborar de fato com o crescimento econômico e em outras áreas como dizem? Uma vez que a maioria dessas “boas políticas”, “boas instituições” é projetada de fora para dentro, com fundamento numa realidade ilógica, não consideram a realidade desses países, as suas particularidades.

Assim sendo, essas nações ditas desenvolvidas (ou imperialistas) permanecerão “chutando a escada” dos países africanos e latinos americanos que buscam alcançar os estágios mais elevados, levando avante ações que muitas vezes impossibilitam o crescimento favorável de inúmeros países que se encontram nessas condições de dependência econômica e em partes “política”, com o objetivo de atrapalhar cada vez mais esses países (em vias de desenvolvimento) obterem o sucesso que eles atingiram.

Cito aqui a Guiné-Bissau como um exemplo, por ser a realidade que conheço melhor, mas esses fatos acontecem também em outros países chamados de “países de terceiro mundo”, inclusive no Brasil. Na Guiné-Bissau o que tem de “cooperação” com os Organismos Internacionais e muitos países, é assustador e não se enganam, porque não existe nenhuma gota de ajuda por parte de grande número dessas entidades e “parceiros”.

Destaco aqui a União Europeia – EU, composto por 27 países da Europa, considerados de “países do primeiro mundo”, essa organização através de acordados que estabeleceu com a Guiné-Bissau, tem mais de 40 barcos de pesca nas águas da Guiné-Bissau, barcos com tecnologias de ponta no setor pesqueiro, pesca nos mares nacionais e nem sequer respeitam às normas de pesca, houve várias multas nesse sentido, porque foram pegos a pescar nas zonas de reproduções (chamadas de zonas exclusivas) o que é proibido e até com redes de pesca que não são permitidas, que são as redes mais finas.

Qual é a contrapartida da UE nesse acordo⁴, ou melhor, qual é a “ajuda” que eles dão à Guiné-Bissau? Este é o grande problema, porque quando é assim, o peso da

⁴ Esses acordos de pesca tem sempre uma duração de quatro anos, esse venceu em 2016, a UE já está na 4ª mesa de negociação com a Guiné-Bissau para o novo acordo. Não foi assinado ainda, porque o atual

“cooperação”, da “ajuda”, da “solidariedade” fala mais alto, o que nos impossibilita de ver ao fundo e analisar os verdadeiros motivos dessas “cooperações e ajudas”.

É fato que o continente africano tem muitas coisas que devem ser melhoradas (saúde, educação principalmente), ou até deixar de lado alguns (modelo de democracia ocidental adotado por vários países africanos, sem levar em consideração as suas particularidades, no que diz respeito às questões da diversidade que existe nesses países).

Isso não se pode negar, mas também a África tem muitas coisas boas que podem ser copiadas e aplicadas em outros países, principalmente nos países ocidentais, (segurança, solidariedade, reconhecimento etc.). Estes conceitos e valores podem ser aplicados nesses países que carecem muitos deles, devido aos inúmeros motivos, nomeadamente as competitividades que às vezes são pessoais e não para o bem do grupo, o conceito de Ubuntu que está fortemente presente no continente africano.

Eles dão o Governo guineense, como forma de contribuição o valor de **9,5 milhões de euros, cerca de seis mil milhões de francos CFA**, valor repartido por quatro anos do acordo no orçamento do Estado guineense e o mais grave ainda é que, a EU que estabelece as condições e as áreas que este dinheiro vai ser investido, (as “boas políticas” e “boas instituições” que eles acham o melhor para o país). Com isso, podemos pensar até que ponto essa “ajuda” beneficia a Guiné-Bissau. Situação que nenhum país “independente” aceitaria.

Uma vez que, o país (Governo) já tinha elaborado o seu programa de governação e sabe-se de antemão as áreas que precisam de investimentos, por que um “parceiro” tem que estabelecer ou ordenar as áreas de investimento de um país “soberano”? Não existe ajuda aqui, se existe de fato uma ajuda no verdadeiro sentido da palavra, então a África (Guiné-Bissau) que ajuda esses países da EU e não o contrário. Por quê que o governo da Guiné-Bissau continua ajudando a EU, o que está por trás dessas cooperações, o que o país ganha com isso, digo, o que os governantes guineenses ganham em troca? Ou é simplesmente uma escolha errada e conseqüentemente mais atraso para o país?

governo aumentou as exigências e o montante que era cobrado antes, por considerar que o valor é muito pouco. Agência Lusa, 11 de junho de 2017.

3 Balcanização como forma de dividir para explorar

Sem as políticas fortes por parte dos países ocidentais e principalmente desses países imperialistas que continuam a querer sugar tudo o que a África tem de bom, seria impossível falar da exploração do continente africano por pessoas que já foram identificadas como exploradoras num passado recente e ainda marcante na história do continente. Dessa forma, esses organismos internacionais procuram políticas e traçam estratégias que carregam com elas uma relação de “ajuda” e “cooperação” com os países africanos e, também com a colaboração de alguns governantes africanos que fazem esse “jogo sujo” em muitos países que pretendem atuar. Quais são essas políticas que estão sendo implementadas e quais os líderes políticos africanos alinham a esse pacto imperialista, chamado de neocolonialismo?

Segundo o Nkruhmah (2011), a principal política e a mais eficaz até os dias atuais e que dá a sustentação a essa exploração no continente africano é a balcanização, sendo este, um processo de fragmentação (divisão ou separação) dos países africanos de forma mais cruel e penosa que deixa o ódio e sentimentos de revolta quando isso ocorre nesses países, deixando-os mais fracos. A história recente do Sudão que aconteceu em 2011, com a separação do país com justificativas da má repartição dos recursos naturais, porque Sudão era um dos principais produtores de petróleo no continente africano e com a sua divisão o Sudão do Sul continua nessa lista, essas questões e com as sucessivas intervenções da dita “Comunidade Internacional”, daquilo que era até então o segundo maior país da África, atrás da Argélia, isto mostra o quão essa política procura sempre fragmentar o continente africano com vista a tirar proveitos. Isso fez os dois países sem estruturas e cada vez mais pobres do que já estavam antes da separação.

Também das múltiplas políticas que chegam ao continente com esse viés, algumas com o caráter humanitário, mas que tem por trás outras finalidades. Não devemos admitir ou deixar reinar aquilo que Nkruhmah (2011, p. 293) fala de “uma liberdade teórica e os laços que as ligam à “mãe-pátria” se mantém tão apertados como anteriormente”. Ninguém consegue a sua autonomia nessas condições, as barreiras são estabelecidas de forma implícita, mas com fortes impactos aos países e populações que estão nessas condições. Precisamos de revoluções reais e concretas para resolver os principais problemas.

Revolução não se relaciona diretamente ao caráter violento, insurrecional, da conquista do poder por um grupo social. [...] A Revolução Francesa foi

uma revolução não porque foi violenta. Em seu sentido profundo, revolução é um processo social que realiza transformações estruturais em um curto período histórico. É um momento de aceleração histórica (CAIO PRADO JR. CITADO POR REIS, 2005, p. 183).

Existem situações que não possibilitam ou dão abertura para uma revolução pacífica, dessa forma, as outras vias (violentas) podem ser plausíveis, tanto quanto as vias que não pautam para os meios violentos. Assim as lutas desencadeadas nos países colonizados devem ser vistas de forma positiva. Porque só assim podemos conseguir fazer as transformações estruturais necessárias para o progresso do nosso povo e muitos países foram forçados a usar os meios violentos.

De acordo com Cabral (2011), “o objetivo da libertação nacional é, portanto, a reconquista desse direito usurpado pelo domínio imperialista, ou seja, a libertação do processo de desenvolvimento das forças produtivas nacionais” Cabral (2011, p. 363). Havia uma necessidade urgente para as “colônias” seguirem as suas revoluções através desse viés (armada), o que não significa que elas carecem de capacidades de diálogo ou de um poder intelectual, muito pelo contrário, a maioria dos líderes africanos na época tinha um grande capital intelectual e cultural. Dessa maneira, a via escolhida (libertação armada) foi adotada tendo em conta o esgotamento de todas as vias pacíficas, entretanto, restava essa opção. Conforme Cabral (2011, p. 373), “A luta armada de libertação implica, portanto, uma verdadeira marcha forçada no caminho do progresso”. Era uma imposição por parte dos países imperialistas, que não aceitavam as negociações das respectivas independências totais por via pacífica.

Com as nossas independências conquistadas, tanto de forma pacífica quanto por meio das armas, “é a hora, o ponto da nossa história em que os interesses da África deve ser a primeira dos dirigentes africanos. E, não só, como de todos” (Nkrumah, 2011, p. 298). Só assim podemos ser mais fortes, lutar contra o processo de balcanização e conseqüentemente do neocolonialismo e, de todas as formas de exploração que ainda impera no continente africano, América Latina e outros continentes e conseqüentemente fortalecer os estados menos fortes, ideia defendida também por grande historiador africano Joseph Ki-Zerbo (2006), projetando um continente forte através da sua integração em diferentes áreas, pois, para o autor, os próprios dirigentes africanos se apropriam dos bens coletivos. Fazendo dos Estados africanos de Estados patrimoniais, um dos fatores preponderantes para a dependência de grande parte dos países africanos.

Para o autor, o reconhecimento da nossa identidade (cultural e linguística) é fundamental para revertermos esse quadro, pensar a África a partir do próprio continente, esse ato passa necessariamente na valorização e investimento de uma produção voltada para o continente com os métodos próprios.

De acordo com Hountondji (2008), é indispensável a questão dos métodos de investigação e da produção do conhecimento, para responder os problemas do continente e não ficar amarrado aos métodos ocidentais e também a valorização do conhecimento acumulado durante séculos por uma tradição intelectual do continente africano.

Por conseguinte, as contribuições e os avanços para uma construção dos conhecimentos africanos devem ser pautados numa vertente local para global, dar importância às questões africanas que respondem às nossas necessidades. “Há que dizer que os académicos africanos têm participado, até agora, numa discussão vertical com os seus parceiros ocidentais, ao invés de entabularem discussões horizontais com outros académicos africanos” (Hountondji, 2008, p. 157). Valorizar as nossas instituições de ensino, tanto básico, médio como superiores, os nossos investigadores, só dessa forma podemos alcançar os nossos objetivos finais. O que ele considera como: uma autonomia e autoconfiança de produções de conhecimento e de capitalização. Valorização dos conhecimentos endógenos de África que possibilitará responder às necessidades tanto intelectuais como materiais das sociedades africanas. Dessa forma, os chamados estudos africanos, deveriam não pautar na acumulação do conhecimento sobre a África, ele deve eleger como foco, estudadas as questões das sociedades africanas e uma agenda própria sobre a sociedade africana e à visto disto, projetar uma África nova, alicerçado na sua história verdadeira.

Considerações finais

Um dos aspectos positivos da pesquisa é a imparcialidade, visto que, é uma das formas de não interferirmos no desenrolar do trabalho. Chegando a este ponto da pesquisa, cabe ressaltar que o presente trabalho sempre foi orientado segundo estes princípios. Assim, podemos verificar que o continente africano, em particular a Guiné-Bissau, não está nessas condições por acaso, ele enfrenta todos esses problemas devido à dois motivos principais: o primeiro causado por fatores internos e o segundo por fatores externos.

O primeiro problema, movido por fatores internos, diz respeito principalmente aos governantes africanos, pessoas com ambições totalmente diferentes às do povo, em grande parte, numa escala micro e o mais grave de tudo um continente/países sem norte, sem um projeto da nação. Onde se faz tudo no dia a dia, sem um planejamento prévio de curto, médio e longo prazo. Essa falta de organização faz com que não tenhamos as prioridades e muito menos a resolução das necessidades básicas da nossa população. Sem controle dos recursos e, assim, a apropriação deles por governantes como dizia Ki-Zerbo (2006), dos Estados africanos que passaram a ser os Estados patrimoniais dos seus respectivos governantes, através do enriquecimento pessoal daquilo que o país por meio de exploração internas e de contratos (dito cooperação) que não vão ao encontro daquilo que beneficia o país e o povo num abandono total, onde até o essencial não é garantido, nomeadamente a saúde e educação.

O segundo problema que ainda persiste no continente africano, se diz respeito aos fatores externos, uma vez que, a ocupação feita no continente deixou muitas marcas, algumas até no imaginário do povo e também nos interesse permanente dos invasores nos recursos que o continente tem. Deste modo, nasceram novas formas de relação, que chegam várias vezes em forma de cooperação solidária, muitas não passam de tentativas de reaproximação e de uma aplicação das suas “boas políticas, boa governação e boas instituições” (Chang, 2004). É preciso construirmos um continente com homens capazes e objetivos claros para travar essas artimanhas dos dois lados e não ficar à espera dessas “ajudas” ou da vontade de muitos governantes africanos.

Esse é o momento de compreendermos que as nossas lutas devem ser “desenhadas” e dirigidas por nós mesmos. Através das nossas escolhas que vão ao encontro das realidades do continente ou do país e dos objetivos que queremos alcançar de acordo com as nossas potencialidades. Devemos começar a pensar que podemos trabalhar para sermos melhores cientistas, políticos, engenheiros, economistas, etc., nos nossos países do que qualquer outra pessoa de fora, porque sabemos quais são as nossas necessidades, particularidades (pontos de divergências que possam causar conflitos entre nós).

Com essas informações, estamos mais preparados e em condições em larga vantagem com os demais, traçar programas de governação para os nossos países e nosso povo, levando em consideração esses elementos e não receber os que vêm de fora

prontos e acabados, as “boas políticas” e “boas instituições” e implementá-los. O que em muitos casos gera conflitos por não responderem às reais necessidades da população ou “desrespeitarem” as diferentes culturas, também serve de meio para dividir o continente africano (ou países) e tirar proveitos. Pensar nos planos macros e micros, que podem ter consequências nas nossas economias no futuro. O que vem atrás das “ajudas” externas, quais são os efeitos quando os nossos conflitos são resolvidos de fora para dentro, num continente (africano) tão diversificado em todos os aspetos e com múltiplas formas de organização sociais, económicas, políticas e outras existentes nessas sociedades?

À vista disso, todas as ações de governação e desenvolvimento de qualquer país da África devem ser pensados por pessoas que conhecem a realidade e que sofrem com as consequências destas, articulando o local com o global, sempre que é possível sem imposições e de acordo com a realidade específica de cada país.

Referências

- BAUER, Martin W. et al. Qualidade, quantidade e interesses do conhecimento – evitando confusões. In: BAUER, Martin W.; GASKELL, George (Org.). **Pesquisa Qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015, p.17-36.
- AIMÉ, Césaire. **Discurso sobre o colonialismo**. Lisboa. Sá da Costa Lda. 1977.
- CABRAL, Amílcar. Libertação nacional e cultura. In: SANCHES, Manuela Ribeiro. (Org.). **Malhas que os Impérios tecem: Textos anticoloniais, contextos pós-coloniais**. Lisboa. EDIÇÕES 70. 2011. p. 355-375.
- _____. **Último discurso**. Janeiro de 1973. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=RAbQNsqt9dk>. Acesso em: 24 nov. 2017.
- CHANG, Há-Joon. **Chutando a escada: a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica**. Trad. Luiz Antônio Oliveira de Araújo. São Paulo: Ed. UNESP, 2004.
- FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Trad. de Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008.
- HOUNTONDJI, Paulin J. Conhecimento da África, conhecimentos de Africanos: Duas perspectivas sobre os Estudos Africanos. Coimbra/Portugal. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, vol.80, p.149-160, mar. 2008.
- KI-ZERBO Joseph. **Para quando a África?** Entrevista com René Holenstein. Rio de Janeiro, PALLAS, 2006.

MONDLANE, Eduardo. Resistência: a procura de um movimento nacional. In: SANCHES, Manuela Ribeiro. (Org.). **Malhas que os Impérios tecem**: Textos anticoloniais, contextos pós-coloniais. Lisboa. Edições 70, 2011. p. 333-354.

MUDIMBE, Valentin. Yves. **A Invenção da África**: Gnose, Filosofia e a Ordem do Conhecimento. Lisboa: Ed. Pedag. Lda. 2013.

NKRUHMAH, Kwame. O neocolonialismo em África. In: SANCHES, Manuela Ribeiro. (Org.). **Malhas que os Impérios tecem**: Textos anticoloniais, contextos pós-coloniais. Lisboa. Edições 70, 2011. p. 287-308.

REIS, José Carlos. Anos 1960. **Caio Prado Jr.** As identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC. Rio de Janeiro, FGV, 2005.

Recebido em: 11/03/2021

Aprovado em: 27/04/2021

Para citar este texto (ABNT): SAMPÁ, Pascoal Jorge. Raízes do colonialismo na África: o caso da Guiné-Bissau. **Njinga & Sepé**: Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras. São Francisco do Conde (BA), v.1, nº 1, p.200-216, jan./jun.2021.

Para citar este texto (APA): Sampa, Pascoal Jorge.(2021, jan./jun.). Raízes do colonialismo na África: o caso da Guiné-Bissau. *Njinga & Sepé: Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras*. São Francisco do Conde (BA), 1(1): 200-216.